

GRUPO VIDA - BRASIL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros do
Grupo Vida - Brasil
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Grupo Vida - Brasil, ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grupo Vida - Brasil, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 14 de março de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

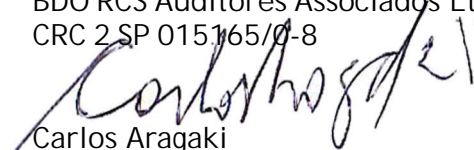


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015.165/O-8


Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132.091/O-1

GRUPO VIDA - BRASIL

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	4	1.095.606	1.099.578	Fornecedores		4.076	17.655
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)	4	512.310	392.592	Obrigações sociais e fiscais	7	1.042.747	311.228
Estoques	5	62.847	56.854	Provisão de férias e encargos		19.218	407.982
Adiantamentos férias		-	31.074	Provisões rescisórias contrato de gestão		-	590.710
Despesas antecipadas		1.610	1.286	Outras contas a pagar	8	203.026	33.856
		1.672.373	1.581.384			1.269.067	1.361.432
Não circulante				Não circulante			
Contratos de comodato		3.508	-	Provisão para demandas judiciais	9	5.000	5.000
Depósitos judiciais		4.000	4.000	Contratos de comodato		3.508	-
Imobilizado	6	266.674	193.034			8.508	5.000
Intangível		580	2.450	Patrimônio líquido			
		274.762	199.484	Patrimônio social	10	669.560	414.436
						669.560	414.436
Total do ativo		1.947.135	1.780.868	Total do passivo e patrimônio líquido		1.947.135	1.780.868

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Thaís Yuri Tanaka de Almeida
Diretora Presidente
CPF 218.739.328-39

Eunice Mendonça Beluzi
CRC 1SP 077684/O-4
CPF 647.889.208-59

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas operacionais			
Com restrição			
Receita contrato de gestão	11	7.317.061	6.650.615
Convênios públicos	11	261.680	-
Financeiras	17	71.899	66.013
Trabalho voluntário	3.9 14	287.734	318.638
Aluguel gratuidade	3.9	240.000	240.000
Sem restrição			
Receitas de doações e captação	13	276.110	287.660
Isenções e ressarcimentos	16	1.337.242	-
Financeiras	17	18.503	19.740
Total de receitas operacionais		9.810.229	7.582.666
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	15	(7.381.618)	(5.508.114)
Despesas gerais e administrativas	15	(1.611.421)	(1.610.974)
Despesas com depreciação e amortização	15	(26.537)	(24.273)
Financeiras	17	(5.925)	(85.718)
Perda na alienação de ativo imobilizado		(1.870)	-
Trabalho voluntário	3.9 14	(287.734)	(318.638)
Aluguel gratuidade	3.9	(240.000)	(240.000)
Total de despesas operacionais		(9.555.105)	(7.787.717)
Superávit/(Déficit) do exercício		255.124	(205.051)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Thaís Yuri Tanaka de Almeida
Diretora Presidente
CPF 218.739.328-39

Eunice Mendonça Beluzi
CRC 1SP 077684/O-4
CPF 647.889.208-59

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	2019	2018
Superávit/(Déficit) do exercício	255.124	(205.051)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>255.124</u>	<u>(205.051)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Thaís Yuri Tanaka de Almeida
Diretora Presidente
CPF 218.739.328-39

Eunice Mendonça Beluzi
CRC 1SP 077684/O-4
CPF 647.889.208-59

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	619.487	-	619.487
Déficit do exercício	-	(205.051)	(205.051)
Incorporação do déficit	(205.051)	205.051	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	414.436	-	414.436
Superávit do exercício	-	255.124	255.124
Incorporação do superávit	255.124	(255.124)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>669.560</u>	<u>-</u>	<u>669.560</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Thaís Yuri Tanaka de Almeida
Diretora Presidente
CPF 218.739.328-39

Eunice Mendonça Beluzi
CRC 1SP 077684/O-4
CPF 647.889.208-59

GRUPO VIDA - BRASIL

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	2019	2018
(Déficit)/superávit do exercício	255.124	(205.051)
Ajustes por:		
(+) Despesas com depreciação e amortização	26.537	24.273
(+) Perda na alienação de ativo imobilizado	1.870	-
(+) (Reversão)/constituição de provisão para demandas judiciais	-	(111.000)
(Déficit)/superávit ajustado	283.531	(291.778)
(Aumento)/diminuição das contas de ativo		
Contas a receber	-	1.400
Estoques	(5.993)	342
Adiantamentos férias	31.074	(3.009)
Despesas antecipadas	(324)	(110)
Depósitos judiciais	-	-
Aumento/(diminuição) das contas de passivo		
Fornecedores	(13.580)	16.807
Obrigações sociais e fiscais	731.519	243.359
Provisão de férias e encargos	(388.764)	95.600
Provisões rescisórias contrato de gestão	(590.710)	43.589
Outras contas a pagar	169.170	(72.361)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(67.608)	325.618
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(100.177)	(78.896)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(100.177)	(78.896)
(Redução)/aumento líquido de caixa	115.746	(45.056)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.492.170	1.537.226
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.607.916	1.492.170
(Redução)/aumento líquido de caixa	115.746	(45.056)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Thais Yuri Tanaka de Almeida
Diretora Presidente
CPF 218.739.328-39

Eunice Mendonça Beluzi
CRC 1SP 077684/O-4
CPF 647.889.208-59

1. Contexto operacional

O Grupo Vida - Brasil é uma Entidade civil, sem fins lucrativos e qualificada como Organização Social, que tem por missão "promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania do idoso, valorizando o envelhecimento e a qualidade de vida". Fundada em 1997, o Grupo Vida - Brasil presta serviço gratuito às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Localiza-se na Av. Itaqui, nº 325 - Bairro Jardim Belval - Barueri - SP e sua Matriz fica localizada na Av. Copacabana, 536, sala 3, empresarial 18 do Forte, Barueri, SP.

O Grupo Vida - Brasil tem trabalhado com o objetivo de desmistificar junto à comunidade os preconceitos relacionados ao envelhecimento, além de possibilitar aos idosos avanços quanto à percepção dos seus próprios direitos e deveres, elementos fundamentais para o exercício da cidadania.

Os projetos desenvolvidos têm como foco a saúde física e mental, assistência social, lazer recreativo, cultural e esportivo, e ações socioeducativas, proporcionando-lhes:

- União, autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;
- Resgate da cidadania por meio do conhecimento e do exercício de seus direitos e deveres, valorizando o envelhecimento;
- Desenvolvimento da autoestima, da amizade com a família e a comunidade em um relacionamento de respeito;
- Interação e a colaboração, compartilhamento com Entidades congêneres e com a comunidade;
- Participação de seus integrantes no desenvolvimento de projetos, por meio do lazer, de atividades pedagógicas, físicas, mentais e sociais, no intuito de promover saúde, longevidade e a melhoria da qualidade de vida em locais que permitam a troca de experiências vividas.

A principal fonte de receita são as subvenções da Prefeitura do Município de Barueri, que anualmente libera verbas para manutenção das atividades, avaliando o orçamento e liberando os recursos ao longo do ano.

As ações desenvolvidas pelo Grupo Vida - Brasil têm foco na situação biopsicossocial do idoso, exclusivamente no âmbito da assistência social, sendo que a abordagem dos aspectos de saúde é considerada como meio para o acesso aos direitos sociais e não como fim.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG "2002R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002R1 - Entidade sem finalidade lucros".

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 28 de abril de 2020.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.1.2. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de hedge.

3.2. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Prefeitura do Município de Barueri, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Ferramentas e acessórios	10
Equipamentos de informática e comunicação	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4. Ativos intangíveis

Reconhecimento, mensuração e amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.5. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.6. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

3.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, em suma, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

3.9. Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários e gratuidades.

Os trabalhos voluntários são compostos pelos membros fixos integrantes de órgãos da Administração e Operação sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

O valor de gratuidade, refere-se ao imóvel cedido pela Prefeitura do Município de Barueri para a unidade Residência, valor não pago pela Entidade. Já para a unidade CAPI há aluguel pago mensalmente como despesa. Foram considerados como as principais estimativas para avaliação do preço não pago: (i) o metro quadrado utilizado pela Entidade e (ii) o preço do metro quadro de aluguel da região para galpões.

GRUPO VIDA - BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Com restrição

	2019	2018
Bancos conta movimento	186.681	-
Aplicações financeiras	908.925	1.099.578
	<u>1.095.606</u>	<u>1.099.578</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de perfil conservador.

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.

Sem restrição

	2019	2018
Caixa	1.600	1.386
Bancos conta movimento	7.956	17.025
Aplicações financeiras (a)	502.754	374.181
	<u>512.310</u>	<u>392.592</u>

(a) Os ativos financeiros sem restrição são remunerados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O saldo de caixa e equivalentes sem restrição refere-se ao valor de doações, captações e ressarcimentos acumulados 2018/2019 na conta de recursos próprios, utilizados a título de fundo garantidor, ou seja, para cobertura de despesas não cobertas pelo Contrato de gestão e Termo de fomento.

5. Estoques

	2019	2018
Medicamentos	27.905	31.596
Procedimentos para curativos	34.942	25.258
	<u>62.847</u>	<u>56.854</u>

GRUPO VIDA - BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

6. Imobilizado

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
				2019	2018
Móveis e utensílios	10	252.950	(128.216)	124.734	92.151
Máquinas e equipamentos	10	237.963	(122.255)	115.708	80.476
Ferramentas e acessórios	10	962	(962)	-	-
Equipamentos de informática e comunicação	20	94.838	(68.606)	26.232	20.407
		<u>586.713</u>	<u>(320.039)</u>	<u>266.674</u>	<u>193.034</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
Custo			
Móveis e utensílios	206.193	46.757	252.950
Máquinas e equipamentos	193.129	44.834	237.963
Ferramentas e acessórios	962	-	962
Equipamentos de informática e comunicação	86.252	8.586	94.838
	<u>486.536</u>	<u>100.177</u>	<u>586.713</u>
Depreciação			
Móveis e utensílios	(114.042)	(14.174)	(128.216)
Máquinas e equipamentos	(112.653)	(9.602)	(122.255)
Ferramentas e acessórios	(962)	-	(962)
Equipamentos de informática e comunicação	(65.845)	(2.761)	(68.606)
	<u>(293.502)</u>	<u>(26.537)</u>	<u>(320.039)</u>
	<u>193.034</u>	<u>(73.640)</u>	<u>266.674</u>

7. Obrigações sociais e fiscais

	2019	2018
INSS a recolher (a)	994.380	253.374
FGTS a recolher	1.521	32.853
IRRF a recolher	1.325	12.975
PIS a recolher	36.559	10.256
Outros	8.962	1.770
	<u>1.042.747</u>	<u>311.228</u>

(a) A Entidade possuía a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a qual lhe assegurava o direito à isenção quanto à cota patronal. Entretanto, o pedido da renovação da certidão foi indeferido e como efeito imediato, a União passou a efetuar o lançamento tributário. Essa medida foi combatida em juízo, sendo deferida liminar no sentido de proibir a União de cobrar a cota patronal até que seja proferida decisão final quanto à ação. Entretanto, no intervalo entre o ajuizamento da ação e a concessão da liminar, a Entidade foi obrigada a pagar algumas parcelas da cota patronal.

GRUPO VIDA - BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

8. Outras contas a pagar

	2019	2018
Proj. Viver Bem-Fundio Mun.Do Idoso (a)	186.681	-
Doacoes De Pj / Visa	13.795	31.770
Outros	2.550	2.086
	<u>203.026</u>	<u>33.856</u>

(a) Refere-se ao valor remanescente a ser devolvido em 31/01/2020, conforme cláusula decima do Termo de Fomento 02/2019.

9. Provisão para demandas judiciais

Refere-se a demandas judiciais trabalhista, as quais são contabilizadas com base nos relatórios apresentados pelos assessores jurídicos externos da Entidade, classificadas como perdas prováveis. Apresentamos a seguir a movimentação dos saldos em 2019:

	2018	Adições	Baixas	2019
Provisão para demandas judiciais	5.000	-	-	5.000
	<u>5.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.000</u>

A Entidade é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais não foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não possui processos com probabilidade de perda possível.

10. Patrimônio social

A Entidade, por ser Entidade de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus instituidores e administradores, sob qualquer forma.

Em conformidade com a NBC T - 10.19, item 10.19.2.7 que aprova a resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 877/00, o superávit apresentado, no valor de R\$ 255.124 será agregado ao patrimônio social do Grupo Vida - Brasil.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da Prefeitura, na mesma área de atuação, segundo aprovado pelas Assembleias que decidirem sobre a matéria, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

11. Receita contrato de gestão

A seguir, apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando os valores e repasses recebidos pela Entidade, captações próprias, rendimentos financeiros dos recursos, bem como, os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Projeto	Modalidade	Órgão	Valores recebidos e repasses	Captação de recursos próprios (a)	Rendimentos financeiros (b)	Consumo	em 31/12/2019
Residência, Equilíbrio e Vincula	Contrato de Gestão	Municipal	7.317.061	773.957	21.857	(7.857.751)	255.124
			<u>7.317.061</u>	<u>773.957</u>	<u>21.857</u>	<u>(7.857.751)</u>	<u>255.124</u>

Projeto	Modalidade	Órgão	Valores recebidos e repasses	Captação de recursos próprios (a)	Rendimentos financeiros (b)	Consumo	Déficit em 31/12/2018
Residência, Equilíbrio e Vincula	Contrato de Gestão	Municipal	6.650.615	287.660	85.753	(7.229.079)	(205.051)
			<u>6.650.615</u>	<u>287.660</u>	<u>85.753</u>	<u>(7.229.079)</u>	<u>(205.051)</u>

- (a) A captação de recursos próprios abrange doações de pessoas físicas e jurídicas, receita advinda das vendas dos bazares, reciclagem e eventos, além de saldo de Nota Fiscal Paulista. As receitas são integralmente aplicadas na atividade fim do Grupo Vida - Brasil. Ainda que se refira a montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados, os itens correspondem a receitas sem restrição;
- (b) Os rendimentos financeiros referem-se a rendimento das aplicações financeiras tanto dos recursos vinculados aos projetos (com restrição), quanto do que é receita financeira por aplicação de recursos próprios (sem restrição). É possível identificar a segregação nas demonstrações do resultado. Na tabela acima, foram somados para melhorar a apresentação dos saldos e apresentação da informação do resultado da Entidade ao leitor.

Projeto	Modalidade	Órgão	Valores recebidos e repasses	Captação de recursos próprios (a)	Rendimentos financeiros (b)	Consumo	Resultado em 31/12/2019
Ciclo de orientação	Convênios públicos	Municipal	63.112	-	559	(63.671)	-
Viver bem	Convênios públicos	Municipal	198.568	-	2.795	(201.363)	-
			<u>63.112</u>	<u>-</u>	<u>559</u>	<u>(63.671)</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento do Contrato e Secretaria de Suprimentos da Prefeitura de Barueri. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2019 foram preparados e encaminhados para a Prefeitura do Município de Barueri, sendo aprovados em 10 de abril de 2019, 10 de julho de 2019 e 10 de outubro de 2019, respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais foi enviada em 10 de janeiro 2020.

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão nº 696/2014 tem por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, atendimento com cuidados domiciliares e acolhimento institucional a idosos.

O pagamento do valor é repassado mediante a liberação de parcelas mensais consecutivas, cujo valor é composto de uma parte fixa correspondente a 90% (noventa por cento) do orçamento mensal, e uma parte variável correspondente a 10% (dez por cento) do orçamento mensal, calculada com base na avaliação de indicadores de qualidade.

O Contrato de Gestão foi assinado em 30 de dezembro de 2014, renovado anualmente pelos aditamentos abaixo demonstrados, dando direito de recebimento de novo repasse ao Grupo Vida - Brasil.

	Data	Vigência	Valor
Contrato de gestão 696/2014	30/12/2014	30/12/2014 a 29/12/2015	5.919.564
Aditamento nº 1º - Contrato 231/2015	10/06/2015	10/06 a 29/12/2015	(a)
Aditamento nº 2º - Contrato 600/2015	08/12/2015	08/12 a 29/12/2015	(a)
Aditamento nº 3º - Contrato 634/2015	28/12/2015	30/12/2015 a 29/12/2016	5.919.564
Aditamento nº 4º - Contrato 629/2016	21/12/2016	30/12/2016 a 29/12/2017	5.919.564
Aditamento nº 5º - Contrato 632/2016	22/12/2016	30/12/2016 a 29/12/2017	(a)
Aditamento nº 6º - Contrato 918/2017	27/12/2017	27/12/2017 a 26/12/2018	6.650.615
Aditamento nº 7º - Contrato 1056/2018	28/12/2018	28/12/2018 a 27/12/2019	7.389.498

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

- (a) Os referidos aditamentos não são liberação de repasse, mas, ajuste de cláusulas entre contratante e contratada.

Projetos executados

Para o alcance da missão, a Entidade desenvolveu, em 2019, os programas descritos a seguir:

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos (Residência)

Proporciona abrigo e cuidado global a 42 (quantidade mantida de 2018) idosos em situação de risco social e violação de direitos, sem família ou cuja família não dispõe de condições para prestar-lhes o cuidado, dispoendo para isso de uma equipe multiprofissional. Durante ano de 2019 foram atendidos 48 idosos, totalizando 21.293 atendimentos.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos (Equilíbrio)

Visa contribuir para um processo de envelhecimento saudável e autônomo, fortalecendo os vínculos familiares e o convívio comunitário. São oferecidos, para mais de 95 (quantidade mantida em 2018) idosos, atendimento com equipe multidisciplinar, que incluem atividades de rodas de conversa, palestras, passeios, aula de alfabetização, inclusão digital, atividade física, trabalhando diferentes aspectos da vida do idoso, contribuindo para um envelhecimento saudável. Durante o ano de 2019 foram atendidos 128 idosos, totalizando 19.288 atendimentos.

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Idosos (Vincular)

Tem por objetivo prestar assistência/intervenção domiciliar a 85 (quantidade mantida em 2018) idosos em vulnerabilidade social, especialmente àqueles em condição de dependência parcial ou total, e acompanhamento aos seus familiares, a partir do atendimento social e de saúde de uma equipe multiprofissional e, ainda, os serviços de um cuidador formal capacitado, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Durante o ano foram atendidos 114 idosos, totalizando 16.543 atendimentos.

Programa Viver Bem

Com objetivo de propiciar um processo de envelhecimento ativo, preservando a identidade e autonomia, o programa oferece atendimento gratuito para 60 idosos, que participam de atividades de musicoterapia, dança, geropilates, estimulação cognitiva, inclusão digital, eventos e passeios. Durante o ano foram atendidos 90 idosos.

Ciclo de Orientação a Familiares e Cuidadores de Idosos Dependentes

Ciclo de palestras promovido pelo Grupo Vida - Brasil, desde 2004, com o objetivo de instrumentalizar familiares e cuidadores de idosos a prestar-lhes assistência e cuidados, evitando a busca de abrigo asilar. O projeto é itinerante e foi realizado em 04 locais do município de Barueri: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SDPD, FOCO Arte e Desenvolvimento, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Engenho novo e CRAS Parque Imperial. Durante o ano, foram 108 participantes.

Sendo tais projetos totalmente gratuitos aos idosos atendidos.

12. Remuneração da Administração e Operação

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Consultivo. Bem como, há ainda o uso de mão de obra voluntária na execução dos projetos que o Grupo Vida - Brasil oferece. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

13. Receitas de doações e captações

	2019	2018
Doações pessoa física	16.691	14.320
Doações pessoa jurídica	145.481	190.300
Doação Nota Fiscal Paulista	76.995	51.221
Bazares	17.357	21.236
Outros	19.586	10.583
	<u>276.110</u>	<u>287.660</u>

14. Mensuração do trabalho voluntário

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o superávit/(déficit) do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de Remuneração dos Administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. Segue composição da mensuração do trabalho voluntário:

Classe	Quantidade	Horas ano 2019	Taxa média	2019	2018
Diretoria Executiva		492	399,5357	196.571	196.571
Conselho Deliberativo		120	399,5357	47.944	47.944
Conselho Consultivo		96	270,4742	25.966	25.966
Voluntário		45	194,62	8.788	41.215
Técnico		88	9,19	809	1.469
Assistente		943	6,32	5.960	4.743
Estagiário		370	6,77	2.505	730
Total				<u>287.734</u>	<u>318.638</u>

15. Despesas por natureza líquida

a) Classificação por natureza

Classificação por natureza	2019	2018
Água, luz e telefone	(134.032)	(116.729)
Alimentação	(283.778)	(218.116)
Aluguel	(73.800)	(73.800)
Benefícios	(663.507)	(667.194)
Correio	(1.379)	(3.561)
Despesas com depreciação e amortização	(26.537)	(24.273)
Honorários profissionais	(57.901)	(55.946)
Manutenção	(106.977)	(121.974)
Material de consumo	(43.965)	(41.790)
Material de escritório	(28.040)	(20.063)
Material de higiene e limpeza	(161.345)	(130.029)
Material pedagógico/Sócio educativo	(39.504)	(12.336)
Medicamentos e procedimentos	(130.127)	(83.176)
Provisão para demandas judiciais	-	111.000
Provisões rescisórias contrato de gestão	(95.173)	(148.725)
Salários e ordenados	(4.137.017)	(3.849.543)
Encargos sociais	(2.379.559)	(991.376)
Serviços de terceiros	(443.584)	(359.778)
Outros	(213.351)	(335.952)
	<u>(9.019.576)</u>	<u>(7.143.361)</u>
Despesas com pessoal	(7.381.618)	(5.508.114)
Despesas gerais e administrativas	(1.611.421)	(1.610.974)
Despesas com depreciação e amortização	(26.537)	(24.273)
	<u>(9.019.576)</u>	<u>(7.143.361)</u>

16. Isenções e ressarcimentos

Em fevereiro de 2019, a entidade adquiriu o direito de não recolher a cota patronal em virtude de concessão de liminar referente ao processo nº 71000.041211/2017-05, que isenta o pagamento das contribuições sociais patronais e, desta maneira, foi provisionado o valor referente aos pagamentos, enquanto o processo transitar em julgamento.

Além disso, de março a maio de 2019, foram creditados os valores referentes a solicitação de ressarcimento junto à Receita Federal do PIS, pago pela entidade no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017. A nota explicativa nº 20 apresenta maior detalhamento a respeito.

17. Financeiras

	2019	2018
Rendimentos de aplicações financeiras (com restrição)	71.899	66.013
Rendimentos de aplicações financeiras (sem restrição)	18.503	19.714
Outros	11	26
Receitas	<u>90.413</u>	<u>85.753</u>
Juros e multas de mora (a)	(402)	(74.078)
Despesas e tarifas bancárias	(5.529)	(11.296)
Outros	(5)	(344)
Despesas	<u>(5.936)</u>	<u>(85.718)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>84.477</u></u>	<u><u>35</u></u>

- (a) A Entidade possuía a Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS), a qual lhe assegurava o direito à isenção quanto à cota patronal. Entretanto, o pedido da renovação da certidão foi indeferido e como efeito imediato, a União passou a efetuar o lançamento tributário. Essa medida foi combatida em juízo, sendo deferida liminar no sentido de proibir a União de cobrar a cota patronal até que seja proferida decisão final quanto à ação. Entretanto, no intervalo entre o ajuizamento da ação e a concessão da liminar, a Entidade foi obrigada a pagar algumas parcelas da cota patronal.

18. Instrumentos financeiros e derivativos

a) Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente contribuições a receber, aplicações financeiras, fornecedores e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidos das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

19. Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018.

20. Isenções de contribuição previdenciária

Caso a Entidade não gozasse dessa isenção, a contribuição previdenciária de que trata o artigo 29 da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, correspondente às contribuições previstas nos artigos 22 e 23 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, calculada como se devida fosse, correspondeu ao montante de R\$ 978.543 e R\$ 160.008 nos exercícios de 2019 e 2018, respectivamente.

Foram lançados como isenção de cota patronal os valores de PIS e INSS de janeiro e fevereiro de 2018. A partir de março de 2018 passou-se a provisionar a cota patronal devido ao indeferimento do CEBAS. Desde fevereiro de 2019, a entidade tem o direito de não recolher a cota patronal em virtude de concessão de liminar, que abstém o pagamento das contribuições sociais patronais.

Em 04 de outubro de 2019, a União Federal apresentou recurso de apelação defendendo o indeferimento administrativo da renovação do CEBAS com alegação de que a entidade é remunerada pela Administração pública para realizar a gestão da residência de idosos. O jurídico da entidade apresentou a defesa cabível, esclarecendo o aspecto de cogestão da Prefeitura Municipal de Barueri e a entidade Grupo Vida-Brasil. O processo foi remetido para segunda instância em 14 de novembro de 2019 e transita em julgamento.

21. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Programa de Integração Social (PIS) sobre as receitas próprias;

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias;
- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras.

22. Seguros (não auditado)

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos subsequentes

Cabe destacar que, no mês de março de 2020, conforme decretos nº 9.110, de 18 de março de 2020 e nº 9.112, de 21 de março de 2020, que estabelecem situação de emergência no Município de Barueri, para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID19), a Organização Social Grupo Vida - Brasil avaliou a execução dos serviços, sendo necessária a suspensão, redução, implementação de novas condições e restrições temporárias na prestação e acesso, bem como outras medidas, no intuito de reduzir, o fluxo e aglomeração de pessoas nos locais de atendimento, em especial das pessoas inseridas, segundo as autoridades de saúde e sanitária, no grupo de risco de maior probabilidade de desenvolvimento dos sintomas mais graves decorrentes da infecção pelo Coronavírus (COVID-19).

Thaís Yuri Tanaka de Almeida
Diretora Presidente
CPF 218.739.328-39

Eunice Mendonça Beluzi
CRC 1SP 077684/O-4
CPF 647.889.208-59